Capítulo 6 - O debate sobre ação afirmativa no Brasil

João Feres Júnior
Luiz Augusto Campos
Verônica Toste Daflon
Anna Carolina Venturini

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. O debate sobre ação afirmativa no Brasil. In: *Ação afirmativa: conceito, história e debates* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 105-132. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7.
<https://doi.org/10.7476/9786599036477.0008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 6

O DEBATE SOBRE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL

Os estudos sobre políticas públicas costumam focar nos processos institucionais envolvidos no agendamento, formulação, difusão e implantação de programas estatais, além de suas consequências, desafios e dilemas. Com algumas exceções, há um plano, contudo, que não recebe a atenção merecida por boa parte dessa literatura. No regime democrático, uma política é, em última instância, sustentada pelo clima de opinião que lhe diz respeito. Pensemos nos dois modelos teóricos mais importantes de democracia: representativa e deliberativa. Na democracia representativa, uma política pode até ser produto da decisão monocrática do chefe do Poder Executivo ou de alguma instância encarregada de sua formulação, mas esse raramente é o caso, pois políticas públicas de vulto têm que necessariamente ser aprovadas na forma de lei pelas câmaras legislativas. Aí entramos no reino das relações entre Executivo e Legislativo, que sempre envolvem negociações. Salvo exceções, parlamentares e chefes do Executivo tendem a buscar maximizar as probabilidades de serem eleitos no próximo pleito; por isso, agirão com um olho na opinião de seus eleitores acerca das políticas que aprovam. Em outras palavras, até no caso extremo de decisões monocráticas do Executivo, se houver possibilidade de reeleição, a mesma tese de dependência da opinião se impõe.

No modelo deliberativo de democracia, a importância da opinião do público é ainda maior, por várias razões. Primeiro, porque as instituições e seus agentes estão constantemente reagindo

ao clima de opinião que vige na sociedade. Para autores dessa linha interpretativa, a própria legitimidade que sustenta essas instituições depende de maneira contínua da opinião pública. Segundo, porque os representantes políticos, os mesmos chefes dos poderes Executivo e Legislativo sobre os quais falamos acima, agem com um olho no debate público, nas manchetes do jornal, nos programas noticiosos da TV; não mais pensando somente na eleição daqui a dois ou quatro anos, mas sim em garantir sua popularidade aqui e agora. E terceiro, porque o próprio debate parlamentar, segundo a teoria, se daria de maneira deliberativa, ou seja, por meio da troca de razões públicas entre pares em uma discussão.

Em suma, a máquina de produção de legitimidade das instituições democráticas funciona à base de justificações públicas. O projeto de lei que pretende instituir uma política é estruturado em torno de tais justificações, da mesma forma que o adendo ou o substitutivo do parlamentar ao projeto. As falas em plenário são também agregadas mais ou menos coerentes dessas justificações. Pareceres jurídicos, processos comuns e mesmo pedidos de inconstitucionalidade de uma política pública apresentados às cortes de justiça são compostos de material da mesma natureza. Por fim, os artigos de jornais e revistas, os debates de especialistas e as conversas informais de cidadãos comuns sobre aquela política são também arrazoados pênhes de justificações públicas.

São justificações porque versam sobre o que é justo ou injusto adotar como procedimento das instituições e são públicas porque são enunciadas perante um público e porque retoricamente são apresentadas como tendo por objetivo o interesse comum. Para citar um exemplo muito claro e sucinto, que se relaciona claramente nosso tema: uma pessoa no domínio de suas faculdades racionais não argumentaria em público que as cotas raciais não devem ser adotadas porque seus netos brancos e de classe média alta vão ter as chances de entrar em universidades públicas de qualidade diminuídas no futuro. Ela diria que as cotas raciais vão produzir

conflito social em escala inaudita ou que contribuirão para a decadência da qualidade do ensino superior; em suma, que atentarão contra bens supostamente comuns, e não contra seus interesses de manutenção do privilégio racial e de classe de sua família. Em um regime democrático, a manutenção do privilégio e da distinção para fins estritos de vantagem pessoal não pode ser publicamente justificada.

A conclusão é que o debate público acerca de uma política é fundamental para sua manutenção, aprimoramento ou também rejeição em um regime democrático. Se olharmos agora para a natureza das razões ou justificações públicas nesses debates, veremos que há uma mistura de elementos normativos e elementos fáticos. Ou seja, de argumentos que propõem o “dever ser” com argumentos que descrevem o que supostamente “é”. Justificações públicas têm um caráter normativo indelével, necessário, pois elas são usadas na discussão acerca do que devemos fazer como coletivo: adotar aquela política, reformá-la, abandoná-la? Esses argumentos normativos podem ser feitos com base em análises sólidas dos fatos ou sem base em evidências empíricas. Mas é importante notar que nenhuma análise de dados, por mais consistente que seja, dá conta totalmente da questão normativa. Claro que, em caso extremo, se os resultados de uma política são desastrosamente negativos, sua mera exposição pode ser suficiente para consolidar uma forte opinião contrária a ela. Isso raramente acontece, contudo, e o que temos na maioria dos casos é o embate entre apoiadores e adversários de uma dada política, cada campo esgrimindo cestas de argumentos normativos e fáticos acerca dos princípios que norteiam aquela iniciativa e de seus resultados.

Para citar outro exemplo, agora hipotético, que se relaciona com nosso objeto: uma política de ação afirmativa para a inclusão de negros na universidade tem êxito em admitir uma quantidade inaudita de indivíduos desse grupo social, mas, ao mesmo tempo, os dados mostram que esses indivíduos são os mais privilegiados

economicamente entre o grupo de candidatos negros. Com base nesses fatos, alguns poderiam argumentar que tal resultado é uma distorção do objetivo principal da política de promover os mais desprivilegiados e que, portanto, ela deveria ser abolida. Outros diriam que a política funciona, pois inclui muitos negros, mas precisa ser reformada a fim de estender a inclusão aos indivíduos menos privilegiados. E outros ainda poderiam dizer que a política cumpre seu papel, que é o de incluir negros, grupo social antes alijado da universidade, acrescentando ser natural que todo procedimento que envolva avaliação de mérito acabe por privilegiar aqueles que partem de posições iniciais mais vantajosas (Feres Júnior e Daflon, 2015). Esses são somente alguns argumentos possíveis, e muitos outros poderiam ser pensados. Todos, contudo, combinam a interpretação de dados fáticos com princípios normativos do tipo “o que é melhor ou mais justo para nós coletivamente”.

Desde que políticas de ação afirmativa começaram a ser implantadas em nosso país, o GEMAA analisa o debate público acerca do tema na grande mídia. Também estudamos os debates jurídicos e parlamentares em torno da ação afirmativa. A experiência do grupo com todo esse material mostra que a maior parte das justificações contrárias e favoráveis às políticas aparecem nos textos da grande mídia, particularmente as contrárias. A grande mídia se esforça por monopolizar a opinião pública, apresentando-se como o espaço público *tout court*, mas ela é de fato altamente seletiva e guiada pelos interesses dos poucos grupos econômicos que nela atuam e de seus aliados políticos (Campos, 2013). O discurso do equilíbrio e da neutralidade jornalísticos, alardeado por editores, donos de empresa e chefes de redação da grande mídia brasileira, e que constitui o principal instrumento usado pelos meios de comunicação para reclamar legitimidade perante o público, é uma falácia que não resiste ao exame dos próprios textos jornalísticos. Por outro lado, no debate sobre as cotas raciais, esse discurso também funcionou como ideologia reguladora das

estratégias editoriais e jornalísticas, levando os veículos de comunicação a “produzir” critérios e provas que atestassem sua suposta neutralidade.

Olhando retrospectivamente, todo o movimento de reação às políticas de ação afirmativa não teria existido, ou seria bastante mais fraco, se não fosse a grande mídia, particularmente o Grupo Globo, com diversos canais radiofônicos, televisivos e impressos. Podemos afirmar que a grande mídia, liderada pelo jornal *O Globo*, foi o lugar de articulação e de promoção do movimento anticotas que se formou. Seus membros mais exaltados foram promovidos ao *status* de colunistas e blogueiros, aparecendo com frequência nas páginas dos jornais para atacar as “cotas raciais”, como foram denominadas.

Por ter apresentado essa conformação, o debate sobre as cotas na grande mídia deu mais visibilidade aos argumentos contrários a elas do que aos favoráveis. Contudo, como mostraremos depois, a crescente polêmica em torno do tema fez com que os dois principais jornais brasileiros – *O Globo* e *Folha de S.Paulo* – tentassem construir uma imagem de imparcialidade a partir do controle das proporções entre textos explicitamente favoráveis e textos explicitamente contrários às cotas. Essa imagem de imparcialidade, porém, tem alguns problemas e limitações, que serão analisados no decorrer deste capítulo. Em nossa base de dados, composta de todos os textos sobre o assunto publicados nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* de 2001 a 2012, temos um total de 2.123 ocorrências de emprego de argumentos contrários em textos contra 864 de argumentos favoráveis. Para se ter uma ideia do nível bem mais elevado do ativismo de *O Globo* contra as cotas, foram 1.431 ocorrências de argumentos contrários contra 692 na *Folha*, ou seja, uma proporção maior que dois para um.¹

¹ A metodologia utilizada para produzir os dados que geraram os gráficos 1 e 2 é a análise de valências, que consiste em codificar textos de modo a anotar o sentido geral em relação ao objeto de pesquisa, se favorável, contrário ou neutro.

O fato de os argumentos contrários terem preponderado na cobertura da mídia e de o resultado desse processo de implantação das cotas no país ter sido de sua estabilização constitucional, ou seja, a vitória daqueles que são favoráveis à ação afirmativa, pode parecer paradoxal. Como já mostramos, antes da Lei das Cotas, as políticas de ação afirmativa social e racial foram criadas, em sua maioria, por decisões de conselhos universitários – ou seja, eram políticas pontuais cujo desenho variava de acordo com cada universidade. O exame das deliberações desses conselhos e dos documentos que normatizam as políticas de ação afirmativa nas diversas universidades revelam o emprego abundante de justificações públicas, muitas delas também presentes no rol de argumentos favoráveis que circularam na grande mídia, por exemplo: a ação afirmativa racial diminui as desigualdades, inclui os excluídos, repara erros cometidos no passado, instaura a igualdade de oportunidades, introduz pluralidade nas instituições (empresas, universidades etc.), é medida emergencial diante de uma situação crítica e combate ao racismo/discriminação. Esses são os argumentos favoráveis mais comuns encontrados em nossa base de dados, em ordem decrescente de número de ocorrências. Assim, os argumentos favoráveis foram vencedores nos debates internos das universidades, justificando a criação de programas de ação afirmativa, ao passo que, no debate público encenado nos meios de comunicação, eles perderam de longe para os contrários. A explicação mais provável desse paradoxo é que a grande mídia perdeu a batalha que moveu contra as cotas raciais.

Atribuímos valência não somente a artigos opinativos, mas também a reportagens, pois, no caso da cobertura da ação afirmativa, muitas delas “tomavam lado”, isto é, não se preocupavam em demonstrar equilíbrio entre opiniões diversas sobre o tema ou mesmo neutralidade em relação ao objeto. A análise de valências é adequada aqui porque as opiniões e argumentos expressos na cobertura se posicionaram de modo bastante dicotômico no que toca a recomendação ou não da adoção das políticas. Para mais informações acerca da metodologia da análise de valências, ver João Feres Júnior (2016a, 2016b) e Luis Felipe Miguel (2015, 2016).

Nos editoriais, esses jornais tomaram posição explícita em relação à questão. A *Folha de S.Paulo* publicou, durante o período estudado, 34 editoriais sobre o assunto, sendo 32 abertamente contrários e dois ambivalentes. Enquanto isso, *O Globo* publicou 94 editoriais, quase três vezes mais que o jornal paulista, sendo 91 contrários e três ambivalentes – essa diferença do número de editoriais de cada jornal é evidência da liderança incontestada do Grupo Globo na mobilização contra as cotas raciais. Olhando de outra maneira, do total de textos sobre as cotas raciais publicados em *O Globo*, os editoriais representam 8,6%, ao passo que, na *Folha de S.Paulo*, eles são somente 3,2%.

Nas páginas que se seguem, analisaremos discursos de defesa e crítica às ações afirmativas raciais veiculados nos dois jornais de maior circulação nacional: *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. Isso foi feito com base em uma ampla pesquisa com todos os textos desses jornais sobre o tema das ações afirmativas publicados entre 2001 e 2012. Todos foram lidos e codificados pela equipe do GEMAA com o intuito de detectar não só quais justificações e tomadas de posição eles continham, mas também as características de seus autores e formatos jornalísticos.²

A despeito de ser politicamente orientado, o debate público promovido pela mídia é praticamente o único ao qual a maioria da população tem acesso em democracias representativas de massas como a nossa. Não há esfera pública comunicacional alternativa à grande mídia, com exceção das redes sociais da internet e da blogosfera, e mesmo essas dependem em grande parte do conteúdo informacional produzido pelas grandes empresas de jornalismo. Os debates que ocorreram no âmbito das universidades têm um caráter semipúblico. Com isso, queremos dizer que eles são, na maioria das vezes, formalmente públicos – qualquer pessoa pode

² Gostaríamos de agradecer o trabalho de Larissa Soares, Leonardo Nascimento e Pedro Ramos na codificação desses textos.

ter acesso aos documentos, ainda que nem sempre aos conselhos nos quais o debate se travou – mas não são publicizados, isto é, não estão disponíveis para uma audiência alargada.

O debate

Segundo Antonio Sérgio Guimarães (2016), a primeira fase do debate em torno das ações afirmativas começa no governo Fernando Henrique Cardoso com a formação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (1995) e vai até 2002, com a aprovação das primeiras leis estaduais que criam cotas nos sistemas públicos universitários do Rio de Janeiro e da Bahia. A segunda fase começa nesse ano e se estende até a decisão do Supremo Tribunal Federal que julga constitucional as cotas raciais e a aprovação da lei de cotas no parlamento, ambas em 2012. A terceira fase vai de 2013 aos dias de hoje. Deixaremos de lado a primeira fase, pois ela se deu quando as políticas ainda não existiam, e a terceira fase, por ocorrer num período em que tais políticas já estavam consolidadas. Faremos, portanto, uma análise da evolução das políticas durante a segunda fase e uma avaliação prospectiva da terceira fase.

Para combinarmos as bases dos dois jornais, é necessário que tenhamos uma noção do perfil da cobertura de cada um, pois, se os perfis forem muito diferentes, a agregação não faz sentido. A seguir, vemos os gráficos que mostram a evolução temporal da cobertura para cada jornal, considerando somente a valência dos textos, ou seja, se são contrários, favoráveis ou neutros em relação à ação afirmativa racial.

Gráfico 1 – Quantidade de textos por ano de acordo com a valência em relação às ações afirmativas raciais (*O Globo*)

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GE-MAA).

Gráfico 2 – Quantidade de textos por ano de acordo com a valência em relação às ações afirmativas raciais (*Folha de S.Paulo*)

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GE-MAA).

Uma visão geral dos dois gráficos revela grande semelhança de formas. Todas as curvas referentes aos totais de textos publicados sobre o tema apresentam pelo menos dois picos principais que coincidem no tempo. Tal desenho reflete o que se costuma denominar de ciclo de ativação da cobertura midiática. Os órgãos da grande mídia apresentam um comportamento de manada, isto é, têm uma forte tendência a agendar as mesmas notícias em determinado período, seja por motivos de competição entre meios, seja porque há um estoque limitado de fatos a noticiar em dado momento – limite esse que tem a ver mais com a capacidade financeira dos meios e sua orientação político-ideológica do que com a natureza do mundo noticiável.

Os dois picos mais proeminentes, em 2004 e em 2006, são produto de eventos claramente marcados na cobertura. O primeiro corresponde à implementação das primeiras políticas de cotas, particularmente as do sistema estadual de educação superior do estado do Rio de Janeiro, ao qual pertence a UERJ. Tal processo acirrou o debate ao longo de 2003, quando os primeiros processos seletivos com cotas começaram a funcionar, e 2004, quando o debate midiático acerca do tema continuou intenso e acirrado. Note-se que as alturas dos picos diferem de jornal para jornal. Em *O Globo*, o pico maior é o primeiro, de 2003 a 2004, e não o de 2006. Isso se explica pelo fato de as cotas terem sido implantadas no Rio de Janeiro primeiro, ao passo que em São Paulo ainda eram uma realidade remota: as universidades estaduais paulistas passaram mais de dez anos ou se negando a adotá-las, a exemplo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp),³ ou

³ A Unesp só passou a adotar algum programa de ação afirmativa a partir do vestibular para o ano de 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/08/18/a-universidade-nao-e-mais-branca/>.

adotando programas que não alteraram o perfil elitizado e branco dos alunos ingressantes, como fizeram a Unicamp e a USP.⁴

O segundo grande pico ocorre em 2006, com o “escândalo” dos gêmeos da UnB. Trata-se do caso de irmãos gêmeos que passaram pelo processo seletivo da universidade. Um foi admitido no programa de cotas para negros, e o outro teve a entrada negada. Ambos foram julgados pela comissão que a universidade instituiu com o intuito de averiguar a identidade racial do candidato. O caso foi amplamente noticiado, inclusive com capa na revista *Veja*, publicação que foi desde o início militantemente contrária às cotas raciais (Daflon e Feres Júnior, 2012). A cobertura na *Folha de S.Paulo* começou menos intensa que em *O Globo* e atingiu o pico com o *affaire* dos gêmeos.⁵

A despeito da grande semelhança de formato das curvas de valência dos dois jornais, há uma diferença importante que se nota na proporção de textos contrários e favoráveis que cada um publicou ao longo dos anos. Ao passo que a *Folha* parece ter tentado manter um equilíbrio, publicando um número similar de textos de cada natureza, *O Globo* manteve a quantidade de artigos contrários superior ao de favoráveis por todo o período. Parte dessa preponderância se deve aos próprios editoriais do jornal, mas mesmo quando estes são subtraídos da contagem, como indicado no gráfico a seguir, vemos que houve um claro predomínio de textos contrários nos anos de 2003, 2004, 2006 e 2009; uma leve preponderância dos contrários em 2007 e 2008; e uma proporcionalidade em 2002, 2005 e 2010. O número de textos favoráveis, por seu turno, só suplantou o número de contrários em 2001 e 2010.

⁴ Para o caso da Unicamp, ver Venturini e Feres Júnior (2016) e, para o caso da USP, ver Venturini (2015).

⁵ O caso dos gêmeos foi usado logo em seguida na ADPF que o partido Democratas impetrou contra a ação afirmativa racial da UnB no Supremo Tribunal Federal, cujo objetivo era declarar a inconstitucionalidade de todas as políticas de ação afirmativa de recorte racial no Brasil (Feres Júnior et al., 2010).

Essa dinâmica sugere que, nos momentos cruciais da controvérsia (2003, 2004 e 2006), *O Globo* privilegiou as posições contrárias, ao passo que, nas fases mais “mornas” do debate, garantiu maior proporcionalidade. Isso indica mais uma vez que houve uma estratégia de controle das proporções, ao menos em alguns momentos do período analisado.

Gráfico 3 – Quantidade de textos, exceto editoriais, por ano de acordo com a valência em relação às ações afirmativas raciais (*O Globo*)

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GE-MAA).

Os dados sobre a distribuição cronológica dos textos favoráveis e contrários às ações afirmativas raciais nos dois jornais considerados nos revelam o sentido geral dos argumentos efetivamente difundidos sobre o tema, mas não o conteúdo em si. Nas seções seguintes nos ocuparemos de analisar os discursos favoráveis e contrários à ação afirmativa publicados pelos dois jornais.

A favor da ação afirmativa racial

A seguir, reproduzimos a extensa lista de justificações favoráveis às ações afirmativas raciais que foram usadas em textos jornalísticos de 2001 a 2012.⁶

Tabela 1 – Quantidade de matérias codificadas com argumentos favoráveis às ações afirmativas raciais (AARs)

Argumentos favoráveis	N.º	%
AAR diminui as desigualdades (genérico)	89	4,3%
AAR inclui os excluídos (genérico)	75	3,7%
AAR repara erros cometidos no passado (genérico)	62	3,0%
AAR instaura a igualdade de oportunidades	56	2,7%
AAR introduz pluralidade nas instituições (empresas, universidades etc.)	46	2,2%
AAR é medida emergencial diante de uma situação crítica	46	2,2%
AAR combate o racismo/discriminação (genérico)	37	1,8%
AAR inclui os beneficiários nos níveis mais altos da sociedade	37	1,8%
Há sinais de sucesso da AAR no Brasil	34	1,7%
AAR teve êxito em outros lugares	32	1,6%
AAR realiza o princípio de igualdade formal de tratamento	28	1,4%
AAR é uma forma de dirimir os efeitos da escravidão no presente	28	1,4%

⁶ A metodologia usada para a identificação dos argumentos relevantes foi inspirada na *grounded theory* (Corbin e Strauss, 1990). O primeiro passo foi um projeto piloto no qual identificamos os argumentos sobre ação afirmativa usados nos artigos sobre o tema publicados pela revista *Veja*, um universo bem mais reduzido de textos que o dos jornais. O *modus operandi* foi definir argumentos que estivessem o mais próximo possível da maneira como eram enunciados nos textos. A partir da primeira listagem geral, operamos uma revisão com o objetivo de tornar o conjunto semanticamente coerente, isto é, eliminando redundâncias e reescrevendo os itens que pareciam confusos ou mal formulados. De posse da listagem revisada extraída da revista *Veja*, começamos a análise dos textos dos jornais, tomando cuidado para possibilitar a inclusão de novos argumentos não detectados anteriormente.

AAR tem estimulado o debate sobre as desigualdades raciais	27	1,3%
AAR diminui as desigualdades socioeconômicas	26	1,3%
AAR realiza o mérito	23	1,1%
AAR efetiva princípios constitucionais	22	1,1%
AAR combate o racismo/discriminação institucional ou estrutural	21	1,0%
AAR promove a mobilidade social de grupos discriminados	21	1,0%
AAR é uma forma de “indenização” aos que foram escravizados	19	0,9%
AAR inclui potenciais antes desperdiçados	18	0,9%
AAR reconhece a diversidade cultural brasileira (genérico)	15	0,7%
AAR realiza um projeto de nação	15	0,7%
AAR reconhece/denuncia o preconceito até então encoberto	13	0,6%
AAR cria uma classe média negra	11	0,5%
AAR introduz os beneficiários na cidadania	11	0,5%
AAR consolida/realiza princípios republicanos	10	0,5%
AAR capacitará os beneficiários a competir em pé de igualdade	8	0,4%
AAR é decisiva para a integração nacional	7	0,3%
AAR dissocia cor de pobreza	6	0,3%
AAR produz prosperidade/eficiência econômica	6	0,3%
AAR diminui as desigualdades (genérico)	4	0,2%
AAR aumentará a autoestima dos beneficiários	4	0,2%
AAR combate o racismo/discriminação nas relações sociais entre indivíduos	4	0,2%
AAR reconhece a contribuição histórico-cultural dos grupos marginalizados	3	0,1%
Outra	40	2,0%
TOTAL	2.048	

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GE-MAA).

Um dado que chama a atenção é a preponderância de justificações genéricas para a ação afirmativa, do tipo *slogan*, sem uma especificação mais detalhada do seu significado. Pode-se argumen-

tar, por exemplo, que a ação afirmativa é boa porque ela “diminui as desigualdades”, “inclui os excluídos” ou “repara erros cometidos no passado” sem, contudo, especificar quais desigualdades são diminuídas, quais excluídos são incluídos e como isso se dá, ou quais erros específicos do passado são reparados. A lista de argumentos favoráveis contém também versões mais elaboradas desses argumentos. No entanto, é digno de nota que o discurso pró-ação afirmativa tenha no geral lançado mão de justificativas mais genéricas. Como veremos na quarta seção, isso provavelmente se deve ao fato de que os dois jornais analisados selecionaram pessoas ligadas mais ao movimento político do que à academia para defender essas medidas.

De todo modo, a Tabela 1 indica que vários argumentos foram mobilizados para defender as ações afirmativas raciais. Entre eles encontramos justificações próximas de uma noção de reparação histórica, como “AAR repara erros cometidos no passado” ou “AAR é uma forma de ‘indenização’ aos que foram escravizados”; ou argumentos ligados a uma noção de diversidade social, como “AAR introduz pluralidade nas instituições” e “AAR reconhece a diversidade cultural brasileira”; até discursos ligados a uma concepção mais universalista e igualitária de justiça social, como “AAR diminui as desigualdades”, “AAR instaura a igualdade de oportunidades” ou “AAR diminui as desigualdades socioeconômicas”. Como visto no capítulo 2, mesmo que tais discursos confluem no sentido de justificar a adoção de ações afirmativas raciais, eles são profundamente distintos não apenas em relação às premissas morais das quais partem, à interpretação que fazem da realidade social e, sobretudo, no que concerne ao desenho e ao tipo de política pública que consequentemente prescrevem. A Tabela 2 mostra a quantidade de trechos (parágrafos, para ser mais exato) dos textos compilados de acordo com cada agregado argumentativo:

Tabela 2 – Quantidade de matérias codificadas com os grupos argumentativos favoráveis às ações afirmativas raciais*

Grupos argumentativos favoráveis	N.º	%
F1) Justiça social	411	20,1%
F2) Reparação	143	7%
F3) Diversidade	149	7,3%
F4) Procedimentos e resultados	135	6,6%
TOTAL	2.048	

* O somatório das quantidades relativas não corresponde a 100% porque muitos textos não continham justificações favoráveis

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GEMAA).

A lista já apresenta alguns dados interessantes. No que concerne aos argumentos pró-cotas, há uma preponderância considerável na imprensa brasileira de discursos que apelam para justificativas ligadas à justiça social (presente em 19,4% dos trechos), enquanto as demais linhas argumentativas se fizeram presentes entre 6% e 7% dos trechos cada uma. Isso já demarca uma diferença importante em relação à defesa das ações afirmativas no Brasil em comparação a outros países, como Estados Unidos e Índia. Nesses contextos pioneiros na implantação dessas medidas, os argumentos da reparação e da diversidade têm maior importância nos discursos públicos. Vale notar, também, que essa preponderância de argumentos relacionados à justiça social é relativamente constante no tempo, como indica o gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Quantidade relativa de textos de cada grupo argumentativo favorável por ano

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GE-MAA).

Como mostra o gráfico acima, os argumentos que apelam para uma noção de justiça social preponderam nos textos da imprensa ao longo de todo o período analisado. Já os outros argumentos têm uma dinâmica próxima, variando com um pouco mais de intensidade entre 2007 e 2009, quando o discurso da reparação cresce e aquele que menciona os procedimentos e resultados bem-sucedidos das ações afirmativas decresce. Vale notar, também, que o mesmo argumento da reparação quase desaparece nos últimos anos dessa fase da controvérsia.

Essa dinâmica reflete alguns elementos da segunda metade do período analisado. De um lado, a preponderância de trechos mencionando o efeito reparatório das ações afirmativas entre 2006 e 2009 acompanha a maior abertura dos dois jornais à participação de articulistas e informantes oriundos do movimento negro, mais próximos desse gênero argumentativo. À medida em que

a polêmica se judicializa, as questões relacionadas a procedimentos e resultados ganham maior relevo, o que conclamou os defensores das políticas a destacarem as experiências com resultados positivos. Novamente, vale destacar a relativa marginalidade e a pouca variação dos textos calcados no argumento da diversidade, sempre deslocado nos contextos analisados.

Finalmente, a preponderância de argumentos que apelam à ideia de justiça social teve reflexos importantes no desenho final das ações afirmativas raciais, finalmente adotadas pela Lei Federal 12.711/2012. Ao contrário do que comumente se pensa, esta não privilegia as cotas raciais, mas sim aquelas de recorte socioeconômico. De acordo com a lei, metade das vagas disponibilizadas pelas instituições federais de ensino tem de ser destinada a estudantes oriundos de escolas públicas, e, destas, metade (ou seja, 25% do total) tem de ser destinada a alunos com renda *per capita* familiar de menos de 1,5 salários mínimos. É apenas depois da incidência dessas duas cotas que a reserva de vagas estritamente racial (para pretos, pardos e indígenas) deve ser calculada, levando-se em conta a representatividade de cada um desses grupos na população do estado da federação em que se localiza a respectiva universidade.

Duas características desse desenho institucional evidenciam a maior ênfase da lei nas cotas socioeconômicas do que propriamente raciais. Em primeiro lugar, a maior parte das vagas reservadas é destinada a estudantes de escola pública e de baixa renda, dois critérios socioeconômicos. Em segundo lugar, as cotas raciais estão subsumidas às socioeconômicas. Logo, a lei não permite que pretos e pardos oriundos do ensino privado e de classes médias ou altas se beneficiem de cotas raciais, algo que se dava em alguns programas de ação afirmativa anteriores à homogeneização produzida pela Lei de Cotas (Brasil, 2012).

Contra a ação afirmativa racial

A lista de justificações contrárias às ações afirmativas raciais que foram usadas em textos jornalísticos de 2001 a 2012 é bem mais longa que a lista de argumentos favoráveis, mas vale a pena ser reproduzida, como na tabela a seguir:

Tabela 3 – Quantidade de matérias codificadas com os argumentos contrários às ações afirmativas raciais identificados

Argumentos contrários	N.º	%
O caminho é investir no ensino básico	193	9,4%
AAR não leva em conta o mérito	165	8,1%
AAR é discriminação às avessas	126	6,2%
Classe importa mais que raça	112	5,5%
AAR é inconstitucional/ilegal	90	4,4%
É difícil classificar racialmente as pessoas	89	4,3%
AAR cria/acirra conflito racial	82	4,0%
AAR racializa a sociedade	80	3,9%
AAR diminui a qualidade do ensino	79	3,9%
O caminho é investir nas políticas universais	75	3,7%
AAR viola o princípio da igualdade formal/institui privilégios	73	3,6%
AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem	66	3,2%
AAR pode impor uma identidade bicolor	62	3,0%
AAR pode excluir os brancos pobres	57	2,8%
AAR importa um modelo estrangeiro	54	2,6%
AAR produzirá profissionais despreparados	53	2,6%
AAR pressupõe a existência biológica de raças	52	2,5%
AAR oficializa o racismo	51	2,5%
AAR pode estigmatizar os beneficiários	49	2,4%
AAR é ineficiente no combate às desigualdades	44	2,1%
Beneficiários não serão capazes de acompanhar o curso	43	2,1%

AAR é solução paliativa	42	2,1%
AAR é uma medida eleitoreira	40	2,0%
AAR não deve ser reduzida às cotas	30	1,5%
O Brasil não é um país racista	28	1,4%
AAR não basta sem medidas para a permanência dos beneficiários	27	1,3%
AAR pode excluir grupos discriminados	27	1,3%
AAR tende a beneficiar classe média/elite negra	25	1,2%
AAR resulta da captura do Estado por movimentos sociais	24	1,2%
AAR é vulnerável à fraude	23	1,1%
Pobreza dos negros não se deve à discriminação	19	0,9%
AAR fracassou em outros lugares	17	0,8%
O ensino já está se democratizando sem cotas	14	0,7%
Não é função da universidade estabelecer AARs	14	0,7%
AAR provoca ressentimento nos brancos	13	0,6%
AAR desrespeita a autoidentificação	12	0,6%
Não há o que reparar pois todo brasileiro é afrodescendente	10	0,5%
Não há ainda resultados positivos conclusivos	9	0,4%
AAR rompe com republicanismo brasileiro	9	0,4%
Não há negros para preencher as vagas	9	0,4%
AAR pode dividir classes baixas	8	0,4%
AAR é intervenção do Estado nas relações sociais	7	0,3%
AAR tende a se perpetuar	7	0,3%
AAR cria intolerância entre os negros	6	0,3%
AAR dá margem a abuso de poder	4	0,2%
AAR é uma política neoliberal	3	0,1%
Outra	80	3,9%
TOTAL	2.048	

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GE-MAA).

Novamente, os argumentos são muitos e dizem respeito a aspectos os mais diversos. Alguns são jurídicos, como “ação afir-

mativa viola o princípio da igualdade formal”; outros, sociológicos, como “a desigualdade é de classe e não de raça”, ou antropológicos, como “é difícil classificar racialmente as pessoas”, ou políticos, como “ação afirmativa é medida eleitoreira” etc. Daí a importância de trabalhar mais uma vez com agregados argumentativos, capazes de reduzir a complexidade desses discursos.

Tabela 4 – Quantidade de matérias codificadas com os grupos argumentativos contrários às ações afirmativas raciais

Grupos argumentativos contrários	N.º	%
C1) Raça e identidade nacional	371	18,1%
C2) Estado e cidadania	497	24,3%
C3) Procedimentos e resultados	556	27,1%
TOTAL	2.048	

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GEMAA).

Os grupos argumentativos da Tabela 4 merecem alguns esclarecimentos adicionais. Na primeira categoria, encontram-se todos os argumentos da Tabela 3 que destacam o potencial disruptivo das ações afirmativas baseadas na raça, seja porque a ideia de raça seria estrangeira à tradição cultural nacional, seja porque ela seria em si nociva. Noutros termos, essa linha argumentativa propugna que as ações afirmativas raciais lidam de forma controversa com a ideia de raça, o que pode introduzir no país conflitos e polaridades identitárias nefastas. O segundo grupo, por seu turno, critica tais medidas porque elas romperiam com premissas básicas do Estado de direito e da cidadania ao supostamente violarem o princípio meritocrático da igualdade de oportunidades. Finalmente, há um conjunto mais difuso de argumentos, agrupados na categoria C3 (Procedimentos e resultados), relacionados à suposta ineficiência e aos efeitos adversos que podem ser gerados

pelas ações afirmativas raciais. Tomando emprestadas as categorias que Albert Hirschman (1991) cunhou em seu estudo da retórica reacionária, somente neste grupo argumentativo encontramos argumentos que propugnam a futilidade da ação afirmativa racial, enquanto outros sua natureza ameaçadora ou mesmo perversa.

Outro dado relevante da Tabela 4 está no maior equilíbrio entre a quantidade relativa de textos distribuídos por cada um dos três nichos argumentativos. Embora o grupo C3 (Procedimentos e resultados) prepondere, estando presente em 27,1% das matérias, tal proporção não está muito distante do percentual de textos que mencionam o grupo argumentativo C2 (Estado e cidadania) e o C1 (Raça e identidade nacional). Quando observamos o Gráfico 5, que apresenta a distribuição desses três grupos no tempo, perceberemos que nenhum deles se destacou tanto como ocorreu com os grupos argumentativos favoráveis.

Gráfico 5 – Quantidade relativa de textos de cada grupo argumentativo contrário por ano

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GEMAA).

Ainda assim, a dinâmica temporal dos grupos argumentativos contrários apresenta aspectos interessantes. Como o Gráfico 5 demonstra, entre 2001 e 2005, há uma preponderância dos argumentos focados em procedimentos e resultados. Esse cenário começa a mudar paulatinamente, até que em 2006 os textos com tais argumentos alcançam uma proporção similar à dos outros grupos argumentativos. Depois, ocorre uma inversão, já que em 2010 o grupo argumentativo mais mencionado é C1 (Raça e identidade nacional): há um incisivo aumento de C2 (Estado e cidadania), que se torna o grupo argumentativo mais recorrente entre 2011 e 2012.

O decréscimo regular entre 2001 e 2009 das críticas focadas em procedimentos e resultados (C3) reflete, em grande medida, a difusão das ações afirmativas na década analisada e, sobretudo, a proliferação de estudos indicando seus elementos positivos e eficientes. Ora, tal grupo argumentativo se baseava mormente em um prognóstico de falência ou mal funcionamento das políticas, não confirmado pelo tempo, o que reduziu sua frequência. Soma-se a isso a emergência de alguns “escândalos midiáticos”, como aquele envolvendo irmãos gêmeos autodeclarados negros, porém tratados de modos distintos pela UnB. Esse evento multiplicou os textos centrados na ideia de que as ações afirmativas promoveriam uma racialização contraproducente de nossas relações sociais (C1). Alguns partidários dessa ideia chegaram a afirmar que o Brasil estaria caminhando para tensões interétnicas equivalentes às aquelas que produziram a guerra civil genocida de Ruanda (Fry et al., 2007). Contudo, com o passar dos anos e a não ocorrência de conflitos abertamente raciais nas universidades ou mesmo na sociedade como um todo, esse argumento parece ter caído em descrédito e passado a ser menos usado nos textos contrários às cotas publicados entre 2010 e 2012. Ao termo, resistiu na polêmica textos que recorrem ao grupo de argumentos C2 (Estado e Cidadania), mormente após a judicialização da controvérsia em 2009,

quando a ADPF 186 impetrada pelo partido Democratas contra a política de cotas da UnB chegou ao Supremo Tribunal Federal. Nesse novo contexto, argumentos mais conectados à defesa de um Estado de direito supostamente ameaçado pela ação afirmativa racial se tornaram mais recorrentes.

Embora o capítulo não contenha dados mais recentes sobre quais argumentos contrários se fazem presentes hoje nos jornais estudados, um olhar impressionista sobre as matérias e artigos publicados depois de 2012 indica um renascimento dos argumentos focados em criticar as cotas por seus procedimentos e resultados (C3). Ao que parece, a decisão unânime do STF em prol dessas medidas enfraqueceu as críticas mais jurídicas (C2), assim como a ausência de flagrantes conflitos raciais minou os fundamentos dos prognósticos da racialização (C3). Restou aos críticos das cotas denunciar eventos em que elas dão sinais de mal funcionamento, sobretudo após a obrigatoriedade da adoção das polêmicas comissões de verificação racial.

Atores em controvérsia

Não é possível entender a disputa de sentidos em torno das ações afirmativas raciais sem considerar os atores selecionados pela imprensa para debater o tema. Noutros termos, a imprensa não apenas contribuiu para a difusão de determinados discursos mais do que outros, ela também produziu uma divisão do trabalho argumentativo (Ferree et alli, 2004) ao convocar certos atores para defender e criticar tais políticas. Vale destacar que, ao selecionar pessoas para escreverem colunas de opinião ou mesmo serem entrevistadas sobre um tema, o jornal reconhece a autoridade argumentativa dessas pessoas sobre o mesmo tema, mas isso não se dá de maneira homogênea.

Para categorizar o “papel social” daqueles e daquelas que acessaram as páginas dos jornais considerados, utilizamos dez cate-

gorias: editor (mais alto cargo na redação de um jornal); popular e leitores (pessoas comuns, convocadas a opinar nas reportagens ou que enviam cartas à redação); especialista (acadêmicos e cientistas próximos ao debate); colunista jornalista (titulares de colunas fixas nos jornais); jornalista; membros de carreiras de Estado (juizes, embaixadores, reitores etc.); políticos; representantes governamentais (ministros, secretários de Estado etc.); e membros da sociedade civil (representantes de ONGs, militantes de movimentos sociais etc.). Uma maneira de representar de forma intuitiva a relação entre os grupos argumentativos discutidos na seção anterior e o tipo de autor que assina o texto – isto é, seu papel social – é a Análise de Correspondências Simples (ACS). A ACS é um recurso para expor em um mapa bidimensional as coocorrências entre as classes de duas variáveis categóricas. O mapa de correspondências pode ser interpretado como campo magnético (Bourdieu, 1979), no qual os elementos que coocorrem mais em termos relativos se atraem, enquanto os elementos que pouco coocorrem relativamente se repelem. Logo, argumentos mais próximos no mapa indicam elementos articulados mais frequentemente nos textos do *corpus*. As distâncias entre tais elementos numa ACS ajudam a indicar as fronteiras de um dado enquadramento midiático.⁷ O Gráfico 6 mostra a ACS entre todos os grupos argumentativos (quadrados brancos) e os papéis sociais dos autores e autoras incluídos no recorte (quadrados pretos). Foram considerados apenas os textos assinados com alguma manifestação explícita de opinião sobre as ações afirmativas raciais. O tamanho dos quadrados é proporcional à quantidade de textos do *corpus*.

⁷ Para mais detalhes sobre a construção de Análises de Correspondência, ver Benzécri (2011) e Greenacre (2007).

Gráfico 6 – Análise das correspondências entre o papel social dos autores e os grupos argumentativos mais mencionados

Fonte: banco de dados da pesquisa “Ação afirmativa na grande mídia brasileira” (GEMAA).

De cara notamos que argumentos contrários e favoráveis se repelem mutuamente, como já devíamos esperar. Pelo tamanho dos quadrados, é possível notar forte participação de “populares e leitores” (que enviam cartas ou são convocados a opinar) seguidos de especialistas, editores e colunistas. Os demais autores, mormente articulistas externos ao jornal e membros de instâncias da sociedade civil e do Estado, participaram proporcionalmente menos da polêmica nos jornais.

Analisando as distâncias entre os quadrados pretos (papéis sociais) e brancos (argumentos), é possível inferir alguns dados relevantes. Começando pelo lado esquerdo do mapa, os editoriais dos dois jornais são, em quase sua totalidade, contrários às ações afirmativas raciais. Mais do que isso, os editores aparecem relativamente mais próximos do grupo argumentativo C2 (Estado e cidadania). Curiosamente, os populares e leitores aparecem próximo aos editores, embora tendam mais a utilizar argumentos de procedimentos e resultados (C3). O terceiro grupo mais convocado a opinar sobre o tema, os especialistas e acadêmicos, aparecem entre

os quadrados referentes aos argumentos contrários e os quadrados relacionados aos argumentos favoráveis, sugerindo certa divisão opinativa.

Tudo isso faz crer que os jornais construíram uma imagem da polêmica em suas páginas que unia a opinião de editores e leitores, ambos os grupos apresentados como contrários às cotas. Tal dado não é desprezível, sobretudo tendo em vista que são os editores que selecionam, ou definem quem seleciona, as cartas a serem publicadas. Já a cisão na academia aparece mais bem representada no jornal, embora os especialistas convocados tendam levemente a argumentos contrários às ações afirmativas raciais. É preciso, aqui, considerar algumas diferenças entre *O Globo* e *Folha de S.Paulo*. Enquanto a *Folha* publicou exatamente o mesmo número de cartas contrárias e favoráveis, *O Globo* publicou cerca de três cartas contrárias para uma carta favorável. Apesar de ter se colocado contra as ações afirmativas raciais, a *Folha de S.Paulo* optou por manter uma certa estética da imparcialidade na seção de cartas e na de entrevistas. Já em *O Globo*, a crítica às ações afirmativas raciais ficou a cargo dos editores e missivistas, visto que a maioria das cartas e editoriais se colocou francamente contra as ações afirmativas raciais. Dessa maneira, a *Folha de S.Paulo* se apresenta de forma consistente como um periódico contrário às ações afirmativas raciais, mas que “reconheceria” a divisão existente entre os especialistas que assinam artigos em suas páginas, na sociedade civil e na opinião pública como um todo. Embora também reconheça o conflito opinativo, *O Globo* parece querer não somente se colocar como um jornal contrário às ações afirmativas raciais, mas também representar um público de leitores-cidadãos também fortemente contrários às ações afirmativas raciais.

Do lado direito do mapa estão os argumentos e atores mais favoráveis às ações afirmativas raciais. Aqui, as relações são mais difusas, com diferentes grupos se aproximando de três dos quatro grupos argumentativos: justiça social (F1), reparação (F2),

procedimentos e resultados (F4). Novamente, aparece representada graficamente a marginalidade do argumento da diversidade (F3). Há uma leve preferência de articulistas da sociedade civil e políticos pelo argumento da reparação (F2), enquanto membros de carreiras de Estado e jornalistas convidados tenderiam mais para argumentos de justiça social (F1). De todo modo, é sintomática a existência de certo alinhamento argumentativo entre defensores das ações afirmativas. Isso quer dizer que, para além das ênfases e saliências que caracterizam uma dada forma de enquadrar a temática, os discursos buscaram se valer de um rol de argumentos comuns. Na condição de uma política polivalente, isto é, que pode servir a fins diversos, a ação afirmativa racial foi justificada a partir de valores como igualdade, diversidade e reparação, como se tais termos apontassem para um mesmo ideal. Isso reflete, em grande medida, o fato de que a maior parte dos convocados para defender as ações afirmativas nos dois jornais pertencem a setores da sociedade próximos à política e aos movimentos sociais, espaços caracterizados por maior fluidez e abundância discursiva.